



José Gabriel Ávila*

Só a justiça social cura a pobreza



À medida que vão diminuindo as consequências sanitárias e sociais da pandemia, agravam-se outros efeitos provocados pelo isolamento e confinamento das pessoas.

Em crónica publicada neste jornal, em março de 2020, sob o título **“Depressão mental: outra pandemia?”** chamei a atenção para a necessidade de *“dar resposta às depressões mentais que aumentam e se agravam com o confinamento doméstico. Se por si só não provocam a morte física, impedem a saudável formação da personalidade de crianças e jovens, desestruturam famílias, desencorajam e desmotivam trabalhadores e desempregados, e agravam a solidão e o abandono dos idosos.”*

Recordo que, ao tempo, vivia-se num confinamento forçado que impedia os utentes de consultas médicas presenciais nos Hospitais e Centros de Saúde, relegando para as tele-consultas toda e qualquer episódio clínico mais ou menos agudo. Felizmente esse período penoso passou. Julgo, porém que já deveriam ter-se iniciado estudos sociológicos para avaliar os impactes nas crianças, jovens e adultos, de doenças mal cuidadas, já que nos idosos o agravamento das mazelas, sendo mais fácil de observar, poderia ter sido evitado ou adiado, em muitos casos, se convenientemente tratado.

Não se pense que as consequências da pandemia se reduzem à diminuição da atividade económica, ao desemprego, ao encerramento de empresas e à diminuição do poder de compra. Esta é a visão economicista.

A sociedade açoriana do futuro vai demorar anos a recompor-se, e enquanto os comportamentos depressivos não forem convenientemente tratados, dificilmente atingiremos patamares de uma sociedade mais saudável, integradora e feliz.

É por tudo isto que aguardo com certa expectativa o anunciado Plano de Saúde Mental para saber como será integrado nos deficientes Cuidados Primários de Saúde existentes nas ilhas e concelhos sem hospital, sem pessoal médico e de enfermagem suficiente, sem meios de diagnóstico, para responder a situações agudas, prejudicando a saúde dos utentes e o bem-estar e segurança das populações.

Contrariamente ao que os políticos pensam e fazem, os utentes do Serviço Regional de Saúde exigem pessoal suficiente e competente para os socorrer, infraestruturas condignas para lhes valer e não pedem novos e sumptuários edifícios por onde se esvai o dinheiro do erário público.

Há meses se aguarda também a prometida revisão do Plano de Combate à Pobreza, programa em execução, aos zig-zagues, à espera de novas linhas de orientação.

O problema da Pobreza, agravou-se devido à pandemia e apresenta nuances que urge enfrentar e resolver: cresceu, a olhos vistos o número dos sem-abrigo (cerca de 250, segundo estudo da “Novo Dia”) e dos “pedintes” de rua. O mercado da droga é um assunto tabu que só é

falado quando quantidades de “produto” são apreendidas.

De Alcoolismo, tabagismo e outras dependências já nem se fala. Entraram no convívio social sem qualquer resistência e as indústrias produtoras até são “sponsors” de grandes eventos culturais e desportivos, sem que ninguém o questione. Nem mesmo as instituições promotoras de campanhas educativas destinadas a informar e prevenir crianças e jovens para os efeitos maléficos desses consumos, que sobrecarregam o Serviço Regional de Saúde quando advém doenças graves.

A Pobreza é um problema transversal à sociedade. Não pode, pois, ser analisada como resultado de desregramentos pessoais e familiares, como atavismo impossível de ultrapassar, apesar das apostas na educação, na melhoria das condições habitacionais, do emprego e dos cuidados de saúde.

Na sua mensagem para o Dia Mundial dos Pobres, a celebrar no próximo dia 14 de novembro, o Papa afirma que *“Um mercado que ignora ou discrimina os princípios éticos, cria condições desumanas que se abatem sobre pessoas que já vivem em condições precárias. Deste modo, assiste-se à criação incessante de armadilhas novas da miséria e da exclusão, produzidas por agentes económicos e financeiros sem escrúpulos, desprovidos de sentido humanitário e responsabilidade social”*. E acrescenta: *“Um estilo de vida individualista é cúmplice na geração da pobreza e, muitas vezes, descarrega sobre os pobres toda a responsabilidade da sua condição. Mas a pobreza não é fruto do destino; é consequência do egoísmo.”*

E o Papa adverte: *“Impõe-se, pois, uma abordagem diferente da pobreza. É um desafio que os governos e as instituições mundiais precisam de perfilar, com um modelo social clarividente, capaz de enfrentar as novas formas de pobreza que invadem o mundo e marcarão de maneira decisiva as próximas décadas. Se os pobres são colocados à margem, como se fossem os culpados da sua condição, então o próprio conceito de democracia é posto em crise e fracassa toda e qualquer política social”*.

Só de uma visão integrada desta problemática podem resultar políticas sociais inclusivas, dinamizadoras de uma sociedade justa. Sem deixar ninguém para trás: nem os idosos com reformas e pensões de miséria, nem os milhares de trabalhadores/as com salários mínimos que só chegam para quase nada.

Os pobres não podem esperar mais por Planos de Contingência e de Resiliência, situações que bem conhecem nas suas vidas.

Enquanto a sociedade os tratar como “pobres e coitadinhos” e mantiver institucionalizadas situações de injustiça que lhes negam a plena cidadania, não há planos nem reformas que resultem. Os paliativos não curam esta doença social que se agrava a olhos vistos.

Não venham com mais subsídios e discursos piedosos, que o remédio é só a justiça social.